

2015 | RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES





MENSAGEM DA DIRETORIA

MENSAGEM DA DIRETORIA

Prezado participante e assistido,

O ano de 2015 foi conturbado para a economia brasileira. Uma série de eventos impactou o país de forma significativa: a cotação do dólar subiu encerrando o ano em R\$ 3,95, a inflação ficou acima de 10%, o país perdeu o selo de bom pagador em duas das três agências de classificação de risco, a taxa de desemprego cresceu e a dívida pública apresentou uma elevação de 21,7% em relação ao ano anterior.

Apesar desse cenário econômico, a ELETROS obteve bons resultados: fechando 2015 com um patrimônio líquido de R\$3.567milhões, valor expressivo para o período, e que demonstra uma evolução de 9,38% em relação ao ano anterior.

Esse desempenho possibilitou que a ELETROS honrasse todos os compromissos junto aos seus 5.746 participantes, sendo 3.424 ativos, 1.809 assistidos e 441 pensionistas, e a colocou na 26ª posição de um total de 300 fundações do segmento de previdência complementar fechada em todo o Brasil.

A partir das metas e objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico em 2015, investimos mais no aprimoramento dos serviços prestados, na qualidade do relacionamento com os participantes e, principalmente, na otimização, transparência e segurança dos processos operacionais com a implantação de um Sistema de Gestão Integrado. Fortalecemos, ainda mais, as boas práticas de Governança Corporativa e Gestão de Risco e, em reconhecimento a esse trabalho, mantivemos uma reputação irrefutável. Dentre os inúmeros projetos realizados no último ano destacamos o Espaço ELETROS, novo programa de relacionamento da Fundação, que busca construir uma relação mais próxima e sólida com os participantes, assistidos e patrocinadoras. Trabalhamos ainda, de forma intensa e efetiva, na evolução dos canais de comunicação, como o novo site institucional e o portal do participante - que também será disponibilizado na versão mobile, com lançamento previsto para meados deste ano.

Outro acontecimento relevante foi a conquista do Selo ENEF, marca que reconhece iniciativas de educação financeira em conformidade com os objetivos e as diretrizes da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Prêmio este alcançado por conta do Portal CULTIVAR - Programa de Educação Financeira e Previdenciária da Fundação, que possui informações sobre previdência e finanças, contribuindo para um melhor planejamento de vida e saúde financeira dos participantes e familiares.

Para registrar tantos fatos marcantes nada mais condizente do que um relatório de informações igualmente especial, que registra os 45 anos da ELETROS e homenageia aqueles que mais importam, que fizeram e ainda fazem parte da nossa história: você (ativo, assistido, pensionista e colaborador)!

Trabalhamos há 45 anos para proporcionar qualidade de vida e uma aposentadoria mais tranquila aos nossos participantes. A sua satisfação é o que nos mantém motivados para vencer os desafios e desempenhar a nossa missão por muito mais tempo.

Obrigado e boa leitura!

Diretoria Executiva

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho

Presidente

Marcio Peres Silvado

Diretor de Benefícios Previdenciários

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto

Diretor Financeiro



Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

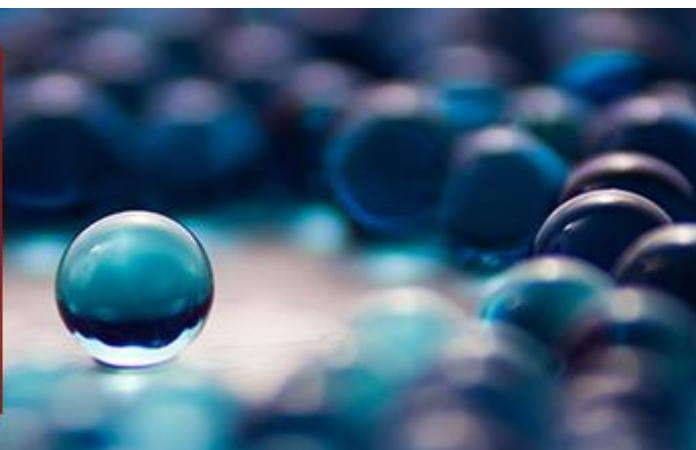


Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários



Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE



ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE

Este capítulo apresenta de forma objetiva e transparente um resumo dos fatos mais marcantes relativos à Fundação no ano de 2015 e no início de 2016. Além de informações relevantes sobre os planos de benefícios e os novos projetos.

Planejamento Estratégico é revisado

Em abril, a revisão do Planejamento Estratégico da ELETROS para o triênio 2016-2018 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

A proposta deste trabalho, que ocorre anualmente, é estabelecer diretrizes e objetivos estratégicos, assim como metas e ações, que orientarão o foco de atuação da ELETROS nos próximos anos.

Para o próximo triênio foram consideradas metas que visam o equilíbrio financeiro dos planos, a qualidade no relacionamento com participantes e patrocinadoras, a otimização operacional e as melhores práticas de governança corporativa.

A execução do Planejamento Estratégico é um dos principais componentes para avaliação da performance organizacional, auxiliando na identificação de possíveis ameaças e traçando um diagnóstico de oportunidades e melhorias para a ELETROS.

Sustentabilidade do Plano BD Eletrobrás

No momento todos os esforços da ELETROS, desde a alta administração até as equipes técnicas atuarial e jurídica, estão voltados para o **equacionamento do déficit do Plano BD Eletrobrás**, um dos principais desafios e prioridades da Fundação.

Entendendo a necessidade e a importância de informarem com riqueza de detalhes a situação atual do **Plano BD**, o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e a equipe técnica interna da entidade, ao longo de 2015, estiveram presentes na Eletrobras, Cepel e Associações para realização de algumas apresentações sobre o tema.

Novas alternativas para a sustentabilidade do **Plano BD Eletrobrás** estão sendo estudadas pela ELETROS, juntamente com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel, a fim de causar o menor impacto possível aos participantes e assistidos, e serão divulgadas no decorrer do ano.

Novo regulamento do Plano ONS-ELETROS

Em 2015, a **ELETROS e o ONS** trabalharam juntos no aprimoramento do regulamento do plano de benefícios, visando torná-lo mais flexível e atraente para atender aos interesses dos participantes e assistidos.

Uma primeira versão do texto de alteração regulamentar do Plano Previdenciário do ONS foi encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e, no final de março, a **entidade, após avaliar o documento**, solicitou alguns ajustes.

O regulamento alterado foi encaminhado ao órgão regulador em 27 de maio, após a aprovação do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva da Fundação. Concluído o período de análise, a **PREVIC** dará o parecer e informará se o documento foi aprovado ou se ainda será submetido a novas alterações.

Espaço ELETROS - Novo Projeto de Relacionamento com Participante

O Espaço ELETROS é o novo projeto de relacionamento com participantes criado para fortalecer a presença da Fundação nas patrocinadoras e facilitar o fluxo de informação entre as partes, permitindo, assim, uma aproximação maior com seu público de relacionamento.

O programa visa contribuir para o crescimento profissional e pessoal dos participantes; orientá-los desde o início da vida laboral até o momento da aposentadoria, oferecendo segurança, equilíbrio financeiro e qualidade de vida.

O projeto piloto foi realizado no ONS, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2015, mas progressivamente será instalado em todas as patrocinadoras da Fundação.

Além dos atendimentos prestados relativos a perfis de investimento, contribuição adicional, alteração cadastral, processo de alteração regulamentar, entre outros, foram promovidas ações do Programa de Educação Financeira e Previdenciária (CULTIVAR) e da área de saúde.

Fundação lançará novas plataformas digitais

A ELETROS, sempre em busca de oferecer o melhor para os seus participantes e assistidos, desenvolveu o novo site da Fundação em um formato mais simples, acessível e dinâmico recheado de informações sobre a entidade e os mercados financeiro e previdenciário.

Por meio dele será possível visualizar o saldo de conta, conferir a rentabilidade do perfil de investimento em comparação aos demais planos de benefícios e indicadores de mercado, fazer alteração cadastral, checar o histórico de movimentações, entre outras novidades, tudo integrado ao novo sistema de gestão.

Para sua maior comodidade e praticidade, o novo Portal do Participante também estará disponível na versão mobile (aplicativo móvel) e, em breve, poderá ser baixado nas lojas da Apple Store e Google Play.

A previsão de lançamento do novo site da ELETROS será no terceiro trimestre de 2016.

Programa CULTIVAR conquista Selo ENEF

O Programa de Educação Financeira e Previdenciária da [ELETROS – CULTIVAR](#) conquistou o Selo ENEF.

Este Selo é a marca que reconhece que uma iniciativa de educação financeira está em conformidade com os objetivos e as diretrizes da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, contribuindo assim para a disseminação do tema no País.

O Programa CULTIVAR visa esclarecer e orientar sobre previdência e finanças, contribuindo para um melhor planejamento de vida e para a melhora da saúde financeira dos participantes e assistidos e suas famílias.

A conquista do Selo ENEF fortalece cada vez mais o nome da Entidade e estimula o desenvolvimento de novas ações de educação financeira e previdenciária.

Campanha de Contribuição Adicional

De outubro a dezembro de 2015, a ELETROS realizou uma Campanha de Contribuição Adicional que alcançou, por mais um ano consecutivo, um ótimo resultado e arrecadou 1 milhão de reais.

O objetivo desta campanha é estimular participantes a aumentarem sua reserva previdenciária e obterem o benefício fiscal na declaração do Imposto de Renda.

Diferentemente do que ocorre em outras instituições bancárias, a ELETROS não cobra taxa de carregamento sobre as contribuições, portanto todo o valor aportado é integralmente creditado na conta individual do participante.

Novas campanhas de fomento às contribuições adicionais serão realizadas em 2016.

Campanha Alteração da Renda Programada

No período de 15 de outubro a 15 de novembro, participantes do Plano CD Eletrobrás tiveram a possibilidade de alterar a idade máxima para o recebimento do seu benefício de renda programada.

Por entender que o participante pode gerir de forma madura e coerente o recebimento do seu benefício mensal, com base em suas necessidades, a ELETROS abrirá, anualmente, sempre no mês de outubro, um novo período para que esta alteração de prazo possa ser realizada.

A renda programada é o benefício mensal que o participante passa a receber da ELETROS no momento da sua aposentadoria. Chama-se “programada”, porque o assistido define até que idade deseja receber o benefício, não podendo ser inferior a 75 anos.

Vale destacar que a alteração da idade para o recebimento da renda programada também se aplica aos assistidos que optaram pela Renda Programada Reversível em Renda Vitalícia e ainda se encontram no período de recebimento da renda programada.

Ciclo de Apresentação de Resultados nas patrocinadoras

A ELETROS, com o intuito de garantir maior comodidade aos seus participantes e assistidos no acesso às informações sobre a Fundação e aos planos de benefícios, promoveu, no decorrer de 2015, as apresentações de resultados financeiros nas patrocinadoras e associações.

Ao todo foram realizados três ciclos de palestras, com uma média de sete apresentações por trimestre, sendo que em duas ocasiões (abril e outubro) questões relativas a Perfis de Investimento fizeram parte dos temas abordados.

A Fundação mantém esta iniciativa para reforçar o seu compromisso com a transparência e ficar cada vez mais próxima dos seus participantes e assistidos.



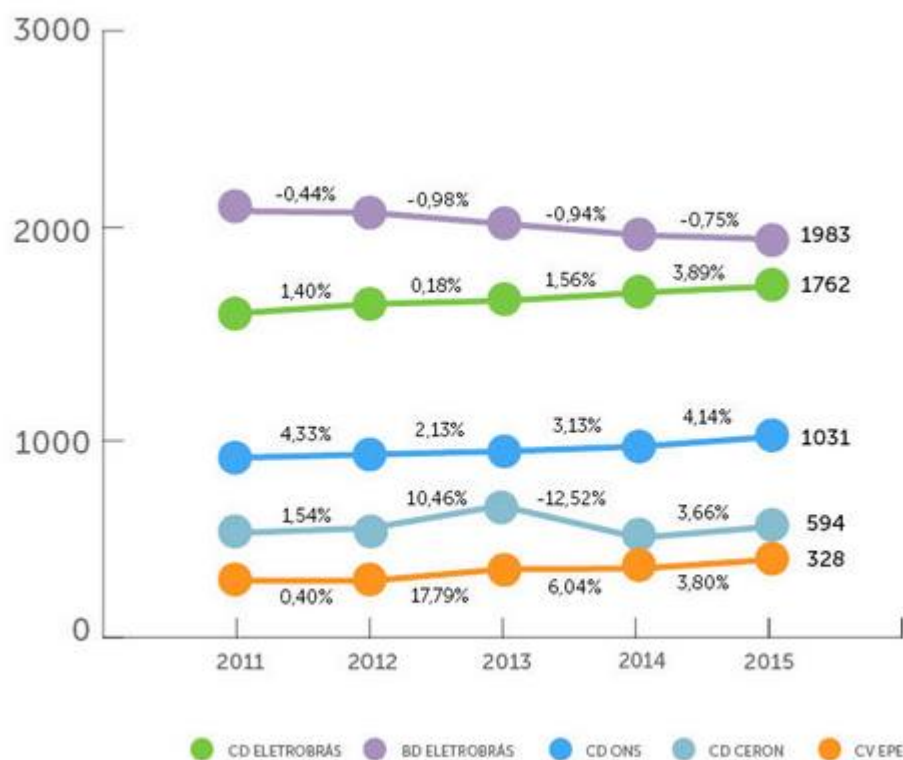
PANORAMA GERAL DOS PARTICIPANTES EM 2015

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES

PATROCINADORA	PLANO	ATIVO	ASSISTIDO	PENSIONISTA	AUTOPATROCINADO	BPD	TOTAL
ELETROBRAS	BD ELETROBRÁS	112	1133	361	1	17	1624
	CD ELETROBRÁS	787	285	36	30	51	1189
ONS	CD ONS	813	68	24	70	56	1031
EPE	CV EPE	268	7	0	35	18	328
CERON	CD CERON	567	1	6	15	5	594
CEPEL	BD ELETROBRÁS	80	212	51	0	4	347
	CD ELETROBRÁS	295	84	10	8	15	412
FUNDAÇÃO (ELETROS)	BD ELETROBRÁS	1	8	2	0	1	12
	CD ELETROBRÁS	120	11	0	20	10	161
TOTAL		3043	1809	490	179	177	5.698

CRESCIMENTO

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE ABSOLUTA DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS POR PLANO



NOVAS ADESÕES DE PARTICIPANTES POR PLANO

	2011	2012	2013	2014	2015
CD ELETROBRÁS	100	54	25	48	62
CD ONS	56	64	54	47	52
CV EPE	20	6	56	30	21
CD CERON	588	15	39	6	18
TOTAL	764	139	174	131	153

PARTICIPANTES, ASSISTIDOS E PENSIONISTAS POR PLANO



NOVAS OPÇÕES DE INSTITUTOS POR PLANO EM 2015

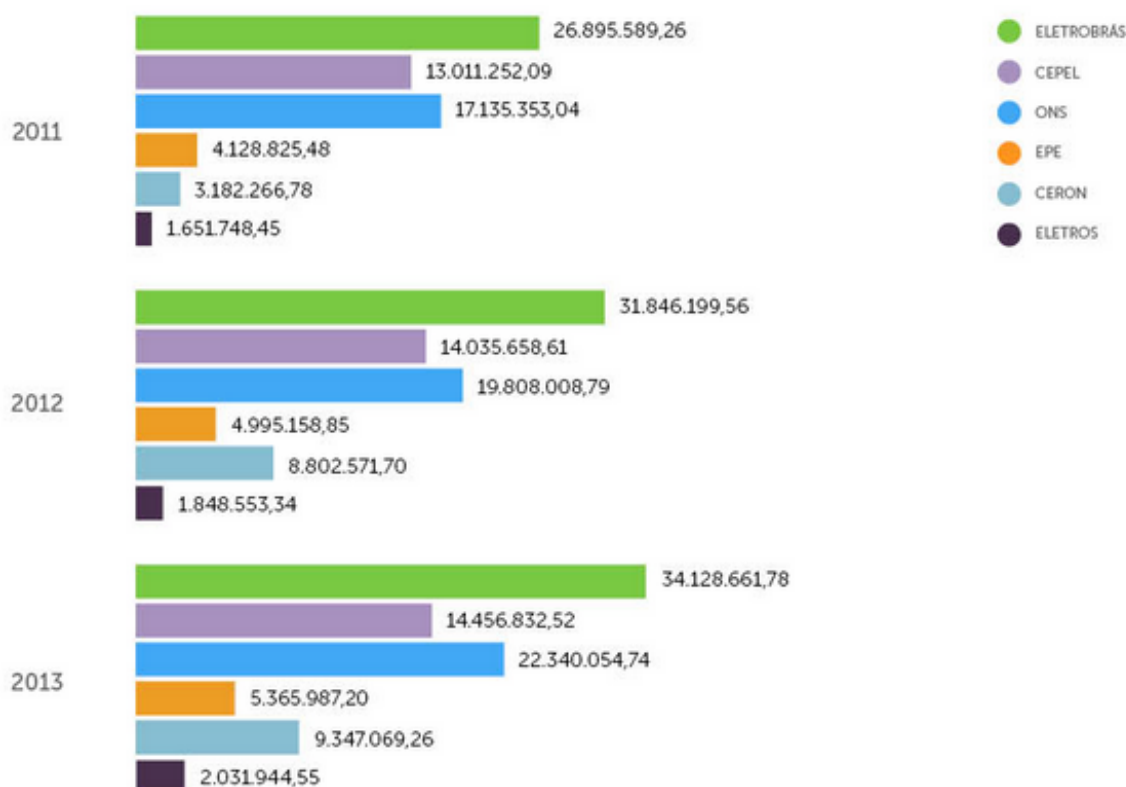
	AUTOPATROCINIO	BPD	PORTABILIDADE DE ENTRADA	PORTABILIDADE DE SAÍDA	RESGATE
CD ELETROBRÁS	7	10	4	2	11
BD ELETROBRÁS	1	0	0	1	7
CD ONS	12	14	8	7	7
CV EPE	6	6	3	2	6
CD CERON	3	4	1	0	7
TOTAL	19	24	16	12	38

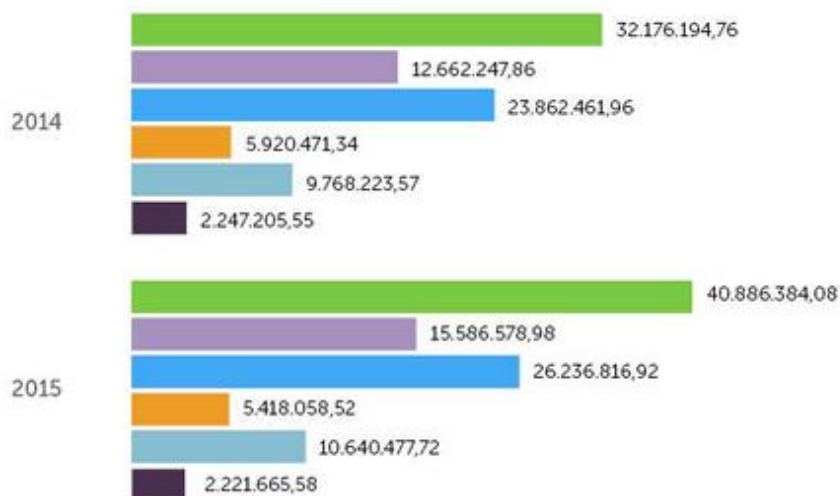
CONCESSÕES DE CONVÊNIO INSS POR PATROCINADORA

	2014	2015
ELETROS	02	10
ELETROBRAS	50	56
CEPEL	13	8
TOTAL	65	74

VOLUMES OPERACIONAIS (BENEFÍCIOS PAGOS, CONTRIBUIÇÕES NORMAIS GERENCIADAS E CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS)

SOMATÓRIO DE CONTRIBUIÇÕES NORMAIS POR PATROCINADORA (R\$)





SOMATÓRIO DE CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS POR PATROCINADORAS (R\$)

	2015
CD ELETROBRÁS	231.636,39
CD ONS	2.846.771,77
CV EPE	166.985,85
CD CERON	23.413,76
TOTAL	3.268.807,77

SOMATÓRIOS DOS VALORES DOS BENEFÍCIOS PAGOS POR PLANO (R\$)

	2011	2012	2013	2014	2015
CD ELETROBRÁS	15.803.648,07	17.207.662,90	18.060.057,18	40.826.801,47	51.564.590,21
BD ELETROBRÁS	145.120.316,05	153.226.904,81	163.041.394,04	183.435.239,91	208.920.262,23
CD ONS	697.979,35	1.038.909,08	1.329.102,31	1.986.841,41	3.592.516,63
CD CERON	0,00	15.393,51	20.467,02	50.974,04	99.345,74
CV EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	196.586,00
TOTAL	161.621.943,47	171.488.870,30	182.451.020,55	226.299.856,83	264.373.300,81



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

COMENTÁRIOS SOBRE OS INVESTIMENTOS

O cenário macroeconômico é importante para analisar o comportamento dos investimentos, principalmente nos segmentos de renda fixa e de renda variável, os quais são muito influenciados por fatores internos e externos.

Ao longo de 2015, as expectativas quanto ao resultado primário do setor público e a evolução da dívida interna brasileira foram piorando, assim como a redução das previsões de crescimento da economia, impactando negativamente os mercados de juros, ações e câmbio. As incertezas sobre a trajetória da dívida pública brasileira contribuíram diretamente para a revisão da nota crédito do país, levando à perda do grau de investimento pelas agências internacionais de rating Standard & Poor's e Fitch.

O cenário externo esteve desfavorável para os países emergentes em geral, mostrando uma piora dos indicadores de risco soberano ao longo do ano, mas o Brasil parece ter sido um dos mais atingidos em função da conjuntura econômica interna.

Em decorrência dos fatores econômicos internos e externos negativos, o exercício de 2015 se mostrou como um dos piores anos para a rentabilidade real recente dos investimentos, ou seja, depois de descontada a inflação. A variação do INPC foi de 11,28%, a maior desde 2002, e ficou acima da rentabilidade de todos os planos e Perfis de Investimento da ELETROS em 2015.

Mesmo a renda fixa não conseguiu superar o INPC, exceto no plano BD Eletrobrás, devido ao critério adotado de contabilização dos títulos de mais longa duração, denominado de "marcação pela curva", o qual também será aplicado no plano CD Eletrobrás Saldado (BPDS) a partir de janeiro/16. Nos demais planos, a adoção do critério de "marcação a mercado" fez com que a NTN-B, com vencimento em 2050, cujo peso é importante nas respectivas carteiras, apresentasse uma rentabilidade baixa (apenas 2,2%), afetando o resultado da renda fixa no exercício, embora esses títulos continuem a projetar ganhos reais elevados que, cedo ou tarde, irão se concretizar.

O mercado acionário brasileiro foi mal em 2015, com queda de 12,4% do índice Brasil (IBrX) no ano, mesmo que a gestão interna tenha superado essa referência, não foi suficiente para reverter o resultado final. Sendo, na média, o

segundo segmento mais relevante, a renda variável acabou contribuindo para um resultado aquém do esperado para o patrimônio dos planos e perfis de investimento no ano.

PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Perfis de Investimento são mecanismos específicos de planos de Contribuição Definida (CD) e de Contribuição Variável (CV), nos quais o benefício previdenciário não é previamente determinado, a figura do passivo atuarial não está presente, e a rentabilização das contribuições ao longo do tempo é fator preponderante para a formação da reserva patrimonial do participante. Nesses tipos de plano, o participante possui uma conta individualizada, pode alterar o seu nível de contribuição e escolher o Perfil de Investimento adequado às suas expectativas.

Desde 2010, a ELETROS oferece aos participantes e assistidos dos Planos CD Eletrobrás e CD ONS cinco modalidades de perfil de investimento que possuem algumas diferenças, sendo a principal delas o grau de tolerância ao risco.

PERFIL SUPER CONSERVADOR

PERFIL CONSERVADOR

PERFIL MODERADO

PERFIL AGRESSIVO

PERFIL ELETROS

Mais detalhes e informações sobre os Perfis de Investimento podem ser obtidas na [Cartilha Explicativa](#), também disponível no site da ELETROS, para eventuais esclarecimentos entrem em contato com a **Central de Relacionamento com Participante pelo telefone (21) 2138-6000, e-mail atendimento@eletros.com.br ou compareça à sede da Fundação.**

CONJUNTURA ECONÔMICA ESPERADA PARA 2016

A conjuntura econômica mais provável para 2016 é de um crescimento negativo do Produto Interno Bruto (PIB) e uma taxa de inflação acima da desejada, embora inferior à de 2015. Se as medidas de ajuste forem implementadas no exercício, a recuperação mais consistente da economia brasileira deverá ocorrer a partir de 2017.

PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS EM 2016

Uma das variáveis mais importantes para a tomada de decisão dos investimentos, a taxa de juros Selic deverá permanecer elevada em 2016 para combater a inflação, projetando uma boa rentabilidade para a renda fixa – segmento de maior alocação dos planos.

Segundo segmento em termos de representatividade no patrimônio, a renda variável deverá apresentar uma rentabilidade muito associada à condução da política econômica do país. Nos últimos anos tem exibido um desempenho abaixo do esperado, mas uma das suas características é a rápida recuperação quando a conjuntura econômica é favorável.

As demais classes de investimento que compõem o patrimônio dos planos, embora recebam atenção pela possibilidade de diversificação, não projetam grande impacto na rentabilidade esperada para 2016.

O acompanhamento mensal da conjuntura econômica e das perspectivas para os investimentos pode ser encontrado no Relatório de Conjuntura e Risco, enviado na forma reduzida para o e-mail cadastrado do participante e disponível na versão completa no endereço eletrônico da ELETROS – Área do Participante.

O resultado dos planos e dos perfis de investimento é discutido com os participantes através das Apresentações Trimestrais realizadas nas Patrocinadoras, cujo conteúdo também está disponível no endereço eletrônico da ELETROS – Área do Participante.

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE 2016

1. INTRODUÇÃO

A Política de Investimento da ELETROS para o exercício de 2016 (PI 2016) deve ser aplicada individualmente aos planos de benefícios previdenciários e administrativo geridos pela entidade, a saber, Plano BD Eletrobrás; ao Plano CD Eletrobrás, composto por Plano CD Saldado (BPDS) e Plano CD Eletrobrás Puro; ao Plano CD ONS; ao Plano CV EPE; ao Plano CD Ceron e ao Plano de Gestão Administrativa (PGA).

2. METAS DE RENTABILIDADE

As metas reais de rentabilidade acima da inflação medida pelo INPC estão assim definidas na PI 2016:

	EXERCÍCIO DE 2016	MÉDIO PRAZO (2016 A 2018)	LONGO PRAZO (2016 A 2020)
PLANO BD	5,8%	5,9%	5,9%
PLANO CD PURO	6,4%	6,4%	6,4%
PLANO CD SALDADO (BPDS)	6,2%	6,2%	6,2%
PLANO CD ONS	6,6%	6,6%	6,6%
PLANO CV EPE	6,6%	6,5%	6,5%
PLANO CD CERON	6,6%	6,5%	6,5%
PGA	6,3%	6,3%	6,3%

3. ALOCAÇÃO DE ATIVOS POR PLANO

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, operações com participantes (empréstimos), investimentos estruturados e no exterior.

3.1 ALOCAÇÃO POR PLANO EM RENDA FIXA

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	PROPOSTA PARA 2016 – PI 2016		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
PLANO BD ELETROBRÁS	49%	71%	88%
PLANO CD ELETROBRÁS TOTAL	47%	78%	86%
PLANO CD ELETROBRÁS PURO*	45%	78%	85%
PLANO CD SALDADO (BPDS)	55%	75%	90%
PLANO CD ONS*	51%	77%	88%
PLANO CV EPE	61%	78%	90%
PLANO CD CERON	66%	78%	90%
PGA	100%	100%	100%

3.2 ALOCAÇÃO POR PLANO EM RENDA VARIÁVEL

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	PROPOSTA PARA 2016 – PI 2016		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
PLANO BD ELETROBRÁS	5%	15%	25%
PLANO CD ELETROBRÁS TOTAL	9%	14%	33%
PLANO CD ELETROBRÁS PURO*	10%	14%	35%
PERFIL ELETROS DO CD PURO**	10%	21%	35%
PLANO CD SALDADO (BPDS)	5%	15%	25%
PLANO CD ONS*	10%	15%	35%
PERFIL ELETROS DO CD ONS**	10%	21%	35%
PLANO CV EPE	10%	18%	25%
PLANO CD CERON	10%	18%	20%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.3 PERFIS DE INVESTIMENTO

PERFIL DE INVESTIMENTO	% TOTAL
(CD PURO ELETROBRÁS E CD ONS)	Alocação em renda variável
PERFIL SUPER CONSERVADOR	0%
PERFIL CONSERVADOR	15%
PERFIL MODERADO	30%
PERFIL AGRESSIVO	45%
PERFIL ELETROS	De acordo com a PI 2016

3.4 ALOCAÇÃO POR PLANO EM IMÓVEIS

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	PROPOSTA PARA 2016 – PI 2016		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
PLANO BD ELETROBRÁS	4%	6%	10%
PLANO CD ELETROBRÁS TOTAL	3%	4%	6%
PLANO CD ELETROBRÁS PURO*	3%	4%	6%
PLANO CD SALDADO (BPDS)	3%	4%	6%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.5 ALOCAÇÃO POR PLANO EM OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	PROPOSTA PARA 2016 – PI 2016		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
PLANO BD ELETROBRÁS	3%	5%	10%
PLANO CD ELETROBRÁS TOTAL	2%	3%	10%
PLANO CD ELETROBRÁS PURO*	2%	3%	10%
PLANO CD SALDADO (BPDS)	2%	5%	10%
PLANO CD ONS*	2%	6%	10%
PLANO CV EPE	0%	2%	10%
PLANO CD CERON	0%	2%	10%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.6 ALOCAÇÃO POR PLANO EM INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	PROPOSTA PARA 2016 – PI 2016		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
PLANO BD ELETROBRÁS	0%	2%	4%
PLANO CD ELETROBRÁS TOTAL	0%	0%	2%
PLANO CD ELETROBRÁS PURO*	0%	0%	2%
PLANO CD SALDADO (BPDS)	0%	1%	2%
PLANO CD ONS*	0%	1%	2%
PLANO CV EPE	0%	1%	2%
PLANO CD CERON	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.6 ALOCAÇÃO POR PLANO EM INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

PLANO	ALOCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO		
	PROPOSTA PARA 2016 – PI 2016		
	MÍNIMA	ALVO	MÁXIMA
PLANO BD ELETROBRÁS	0%	1%	2%
PLANO CD ELETROBRÁS TOTAL	0%	1%	2%
PLANO CD ELETROBRÁS PURO*	0%	1%	2%
PLANO CD SALDADO (BPDS)	0%	1%	2%
PLANO CD ONS*	0%	1%	2%
PLANO CV EPE	0%	1%	2%
PLANO CD CERON	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento

A versão completa da PI 2016 pode ser encontrada no endereço eletrônico da ELETROS www.eletros.com.br, Área do Participante.



PARECERES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis da ELETROS, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e os Pareceres da KPMG Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e nos pareceres e demonstrações atuariais emitidos pela WILLIS TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - BD ELETROBRÁS; pelo Atuário Bruno Sardinha Lopes sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS – CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Definida – CD ONS, sobre o Plano EPE e sobre o Plano de Contribuição Definida – CD CERON são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da ELETROS, naquela data..

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2016

Eleilson Santos Costa

Presidente do Conselho Fiscal da ELETROS

José Carlos Nunes Bianco

Marcio Kennedy de Almeida

Paula Prado Rodrigues Couto

RESUMO DA ATA (DELIBERAÇÕES) TOMADAS NA 294ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS – CDE, REALIZADA EM 06/05/2016:

“..DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2015 DA ELETROS – GESTÃO PREVIDENCIÁRIA E RESPECTIVO RELATÓRIO (PARECER) DE AUDITORIA INDEPENDENTE, BEM COMO O RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS (KPMG AUDITORES INDEPENDENTES) INSTRUÍDAS COM PARECER DO CONSELHO FISCAL - DELIBERAÇÃO DO CONSELHO - O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, e após ter apreciado as Demonstrações Contábeis do exercício de 2015, os Relatórios da empresa de Auditoria Independente, de 11/04/2016 e o Parecer do Conselho Fiscal, de 28/04/2016, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por Plano de Benefícios da ELETROS referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, determinando que as informações sejam disponibilizadas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (RESULTADO DAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS) EM 31/12/2015 E PLANOS DE CUSTEIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA ELETROS COM VIGÊNCIA A PARTIR DE MAIO/2016: BENEFÍCIO DEFINIDO (BD) - ELETROBRÁS, CEPEL E ELETROS; DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ELETROBRÁS, CEPEL, ELETROS; DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ONS; PLANO EPE, E RESPECTIVOS PARECERES ATUARIAIS; PARECER ATUARIAL E PLANO DE CUSTEIO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) CERON - DELIBERAÇÕES DO CONSELHO:

1) O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, considerando o Parecer e o Resultado da Avaliação Atuarial, o Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2015, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de maio/2016, proferido pela empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD.

2) O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando o Parecer e o Resultado da Avaliação Atuarial e o Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2015, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de maio/2016, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS

3) O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando o Parecer e o Resultado da Avaliação Atuarial e o Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida do Operador Nacional do Sistema Elétrico - CD - ONS, referente ao exercício de 2015, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de maio/2016, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - ONS.

4) O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando o Parecer e o Resultado da Avaliação Atuarial e o Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, referente ao exercício de 2015, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de maio/2016, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano EPE.

5) O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando o Parecer, o Resultado da Avaliação Atuarial e o Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS, à unanimidade dos presentes, aprovou o resultado da avaliação atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida da Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CD - CERON, referente ao exercício de 2015, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a

vigorar a partir de maio/2016, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD – CERON. Determinou que tais documentos e informações sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes e assistidos na forma da legislação vigente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Reunião agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião, solicitando a mim, Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e achada conforme, é assinada, no mínimo, pela maioria dos membros presentes na ocasião, e por mim que a redigi.”

Roberta Carvalho Muniz Zylberberg

Presidente

Alice Valderez de Andrade Salomão

Jack Nottingham Steiner

Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva

Rosane Barboza da Silva

Sergio Bondarovsky

Malba Patricia H. da Cunha Teixeira

Secretária-Geral

Assessoria aos Órgãos Estatutários



PARECERES

PARECER ATUARIAL DO PLANO BD ELETROBRAS

PLANO BD ELETROBRÁS

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/10/2015.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade verificamos que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da Eletros e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás são: CEPEL – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras SA.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2015.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria SPC nº 2.574, de 23/10/2008, publicada no D.O.U de 24/01/2008.

O Plano de Benefícios BD Eletrobrás encontra-se em extinção desde 01 de abril de 2006, estando fechado a novas adesões de participantes.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Eletros e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2015	2014
Taxa real anual de juros	5,65% a.a.	5,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	97%	97%
Benefícios do plano	97%	97%
Benefícios do INSS	97%	97%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic ¹	AT-2000 Basic ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula

¹ Segregada por sexo

Outras hipóteses	2015	2014
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Elegibilidade ao INSS	Observa a regra de elegibilidade estabelecida para a concessão de benefício do INSS	Observa a regra de elegibilidade estabelecida para a concessão de benefício do INSS
Composição familiar		
Benefícios concedidos	Aposentados: cônjuge/ dependente vitalício informado Pensionista: dependente vitalício mais novo e dependente temporário mais novo informados	Aposentados: cônjuge/ dependente vitalício informado Pensionista: dependente vitalício mais novo e dependente temporário mais novo informados
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%

Em 2015, a Willis Towers Watson realizou estudos de aderência das tábuas de mortalidade de válidos, entrada em invalidez, mortalidade de inválidos, rotatividade, projeção de crescimento real dos salários e taxa real de juros, para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação de 2015.

Os estudos de aderência acima foram aprovados pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social. A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.816.714.209,27
Provisões Matemáticas	2.159.221.994,74
Benefícios Concedidos	2.329.660.074,00
Contribuição Definida	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.329.660.074,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.953.323.232,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	376.336.842,00
Benefícios a Conceder	184.948.962,26
Contribuição Definida	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	179.158.691,52
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	213.680.563,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(17.260.935,74)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(17.260.935,74)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.790.270,74
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	6.905.991,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(557.860,13)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(557.860,13)
Provisão Matemática a Constituir	(355.387.041,52)
Serviço Passado	(246.014.627,39)
Atividade Especial	(7.144.982,19)

Artigo 61	(77.211.021,17)
Artigo 61 Adicional 2013	(161.655.624,03)
Deficit Equacionado 2011	(36.819.072,24)
Patrocinadores	(17.520.467,85)
Participantes	(5.574.798,34)
Assistidos	(13.723.806,05)
Deficit Equacionado – Equacionamento 2013	(72.556.341,89)
Patrocinadores (A conceder)	(13.145.200,02)
Patrocinadores (Concedidos)	(19.232.150,61)
Participantes	(11.606.527,04)
Assistidos	(28.572.464,22)
Equilíbrio Técnico	
Resultados Realizados	(342.507.785,47)
Superavit Técnico Acumulado	0,00
Deficit Técnico Acumulado	(342.507.785,47)
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	58.957.072,78
Fundo da Gestão Administrativa	53.790.132,92
Fundo dos Investimentos	5.166.939,86

O Fundo da Gestão Administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros, sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimento de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

O Fundo dos Investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos, é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento.

PLANO DE CUSTEIO

Nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2016 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2015. No período de maio de 2016 a abril de 2017, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

As patrocinadoras, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado a seguir:

**Contribuições Normais dos Participantes Ativos e Patrocinadoras
 Vigorar a partir de maio/2016**

Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	8,16%
Entre o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	17,13%
Entre 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	24,48%
Acima de 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	29,60%

Contribuições Normais dos Participantes Assistidos

Parcela do complemento de aposentadoria	Taxas
Até ½ Teto de contribuição da Previdência Social	2,5%
Entre ½ Teto de contribuição da Previdência Social e 1 Teto de contribuição da Previdência Social	5,0%
Entre 1 Teto de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	9,0%
Entre 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	15,0%
Acima de 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	19,0%

Além das contribuições normais definidas acima, deverão ser efetuadas as seguintes contribuições extraordinárias para amortização da Provisão Matemática a Constituir, a vigorar a partir de maio/2016.

Contribuições Extraordinárias Anuais	Valores em R\$	Em % da folha de salário real de contribuição	Prazo (anos) A partir de maio/2016
Serviço Passado - Eletrobras			
Artigo 61	21.551.574,23	94,06% ¹	4 anos
Artigo 61 Adicional 2013	16.657.387,88	72,70% ¹	13 anos e 11 meses
Deficit Equacionado 2011			
Patrocinadoras	4.890.411,47	21,34% ¹	4 anos
Participantes ativos	1.556.069,05	6,79% ¹	4 anos
Assistidos – não amparados artigo 61	1.065.344,90	2,94% ²	22 anos e 6 meses

Deficit Equacionado Adicional 2013

Patrocinadoras – referente aos assistidos	1.507.229,87	6,58% ¹	22 anos e 1 mês
Patrocinadoras – referente aos participantes ativos	2.182.963,88	9,53% ¹	7 anos e 4 meses
Participantes ativos	1.927.443,42	8,41% ¹	7 anos e 4 meses
Assistidos – não amparados artigo 61	2.239.233,27	6,18% ²	22 anos e 1 mês

1 Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13^º) dos participantes ativos não elegíveis em 2015

2 Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13^º) dos assistidos não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas) de 2015.

A sobrecarga administrativa de 3% incidirá sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Para determinação dos percentuais referentes a 2013, considerou-se que as patrocinadoras concordaram com o aditamento do prazo proposto pela Eletros. Se eventualmente os termos de compromisso não forem revisitados, as taxas acima deverão ser revistas.

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS – PATROCINADORAS

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 são de responsabilidade da Eletrobras e representam os compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, que foram inicialmente equacionados em 2010 e amortizados pelo período remanescente de 4 anos a partir de 31/12/2015, conforme o Termo de Compromisso firmado entre a Eletrobras e a Eletros. As contribuições foram apuradas considerando esse prazo, e a taxa de juros de 5,65% a.a., e devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade.

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 Adicional 2013 são de responsabilidade da Eletrobras e representam a parcela do deficit de 2013 referente ao artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás que de acordo com o Termo de Compromisso firmado entre a Eletrobras e a Eletros determina que o valor contratado deve ser reavaliado anualmente para a cobertura da insuficiência referente às provisões matemáticas dos assistidos amparados pelo artigo 61 do instrumento regulamentar (assistidos com data de início do benefício até o fechamento do Plano, em 31 de março de 2006). O montante foi amortizado pelo prazo remanescente de 13 anos e 11 meses, a partir de 31/12/2015. De acordo com o Termo de Compromisso, as contribuições extraordinárias devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade e foram apuradas considerando a taxa de juros de 5,65% a.a.

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade das patrocinadoras é de 4 anos em 31/12/2015, conforme Termo de Compromisso firmado entre as patrocinadoras e a Eletros, resultando na contribuição de 21,34% do somatório do salário real de contribuição de todos os participantes ativos.

A parcela do déficit equacionado adicional de 2013 atribuível às patrocinadoras, relativa aos assistidos não amparados pelo artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás será amortizada pelo prazo remanescente de 22 anos e 1 mês, contados a partir de 31/12/2015, conforme apresentado no Parecer de Equacionamento do Déficit de 2013, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade e considerando o aditamento do Termo de Compromisso vigente. A patrocinadora deverá efetuar contribuição de 6,58% sobre o somatório do salário real de contribuição de todos os participantes ativos, apurada com base na taxa de juros de 5,65% a.a. Para

determinação dos percentuais referentes a 2013 considerou-se que as patrocinadoras concordam com o aditamento do prazo proposto pela Eletros.

A parcela do déficit equacionado adicional de 2013 atribuível às patrocinadoras, relativa aos participantes ativos será amortizada pelo prazo remanescente de 7 anos e 4 meses, contados a partir de 31/12/2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade. A patrocinadora deverá efetuar contribuição de 9,53% sobre o somatório do salário real de contribuição de todos os participantes ativos, apurada com base na taxa de juros de 5,65% a.a. Para determinação dos percentuais referentes a 2013 considerou-se que as patrocinadoras concordam com o aditamento do prazo proposto pela Eletros.

Os percentuais apresentados referentes às contribuições da patrocinadora poderão ser pagos, a critério da Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, em reais, atualizados mensalmente pela variação da URE, respeitando a arrecadação mínima anual apresentada no quadro anterior.

Adicionalmente a patrocinadora deverá efetuar contribuições referentes ao Serviço Passado – Atividade Especial na forma aprovada pela patrocinadora e entidade.

As contribuições extraordinárias da patrocinadora referentes ao montante alocado em Equilíbrio Técnico – Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2015 serão definidas no prazo estipulado na norma vigente. Esse plano de equacionamento poderá ser elaborado nos termos da legislação vigente em 31/12/2015 ou revisitado o Plano de Equacionamento vigente, desde que os Termos de Compromisso firmados em 29/12/2011 sejam ajustados para refletir essa previsão.

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS – PARTICIPANTES ATIVOS

O prazo remanescente de amortização do déficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos participantes ativos é de 4 anos em 31/12/2015, conforme determinado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, resultando na contribuição de 6,79% do salário real de contribuição, apurada com base na taxa de juros de 5,65% a.a.

O déficit equacionado adicional de 2013, atribuível aos participantes ativos será equacionado pelo prazo remanescente de 7 anos e 4 meses, contados a partir de 31/12/2015, que correspondia ao tempo de serviço futuro dos participantes ativos ponderado pelo benefício apurado em 31/12/2013. O participante ativo deverá contribuir com o resultado obtido com a aplicação de 8,41% sobre o respectivo salário real de contribuição.

As contribuições extraordinárias dos participantes ativos referentes ao montante alocado em Equilíbrio Técnico – Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2015 serão definidas no plano de equacionamento que será estabelecido e então aprovado pelo Conselho Deliberativo até o final do exercício de 2016 nos termos da legislação vigente no final de 2015.

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS – PARTICIPANTES ASSISTIDOS

O prazo remanescente de amortização do déficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos assistidos é de 22 anos e 6 meses, contados a partir de 31/12/2015, que correspondia à expectativa de vida ponderada pelo benefício

dos participantes assistidos não amparados pelo artigo 61, apurado em 31/12/2014, resultando na contribuição de 2,94% do benefício de complementação.

O déficit equacionado adicional de 2013, atribuível aos assistidos não amparados pelo artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás será equacionado pelo prazo remanescente de 22 anos e 1 mês, contados a partir de 31/12/2015, que correspondia à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos participantes assistidos não amparados pelo artigo 61, apurado em 31/12/2013 e corresponde a 6,18% da folha de benefícios dos assistidos não amparados pelo artigo 61, não considerando os pensionistas.

As contribuições extraordinárias referentes ao montante alocado em Equilíbrio Técnico – Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2015 serão definidas no plano de equacionamento que será elaborado e então aprovado pelo Conselho Deliberativo até o final do exercício de 2016.

AUTOPATROCINADOS

O participante autopatrocinado assume, além da sua, a contribuição previdenciária, a sobrecarga administrativa e outros encargos, porventura atribuídos à patrocinadora inclusive os relativos ao déficit equacionado.

A sobrecarga administrativa de 3% incidirá sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Apresentamos, a seguir, o quadro comparativo dos percentuais indicados para 2015 com os que deverão ser praticados em 2016, referentes ao custo normal e extraordinário, com exceção do serviço passado do artigo 61 e incluindo as contribuições para despesa administrativa:

Taxas de Contribuição em % da folha de participação/ benefício	Novo Plano de Custeio	Plano de Custeio Anterior
Patrocinadoras		
Normal	13,38%	13,55%
Deficit Equacionado 2011	21,98%	18,22%
Deficit Equacionado 2013	16,59%	12,13%
Contribuição Total das Patrocinadoras	51,95%	43,90%
Participantes Ativos		
Normal	13,38%	13,55%
Deficit Equacionado 2011	6,99%	8,95%
Deficit Equacionado 2013	8,66%	9,05%

Contribuição Total dos Participantes Ativos	29,03%	31,55%
Participantes Assistidos		
Normal	7,61% ¹	8,21%
Deficit Equacionado 2011	3,03% ²	2,65%
Deficit Equacionado 2013	6,37% ²	7,67%
Contribuição Total dos Participantes Assistidos	17,01%	18,53%

1 Percentual para 2016 sobre a folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos (não considerando os pensionistas).

2 Percentual para 2016 sobre a folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas).

CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, informamos que o plano apresentou um déficit adicional àqueles já registrados e objetos de equacionamento no valor de R\$342.507.785,47 em 31/12/2015. A Eletros promoverá o equacionamento do referido déficit até o final do ano de 2016, em atendimento à Resolução CGPC nº 26/2006, por intermédio de revisitação dos Termos de Compromisso vigentes e, se for o caso, de elaboração de plano de equacionamento que deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo. É imprescindível rever os Termos de Compromisso assinados entre as patrocinadoras e a Eletros em 29/11/2011 para permitir que o plano de equacionamento possa ser elaborado até 31/12/2016, nos termos da legislação vigente em 31/12/2015.

Se os Termos de Compromisso não forem revisitados, as contribuições de patrocinadora serão ajustadas e o déficit técnico equacionado.

O déficit apurado no exercício de 2015 decorreu das oscilações desfavoráveis do patrimônio no período frente à meta atuarial do plano e do diferimento do equacionamento do deficit apurado em 2014.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2015. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Eletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson
Rio de Janeiro, 17 de março de 2016

Tânia Mary C Neves
Consultora Sênior
Natasha Leal Ayres
MIBA nº 930
Valéria Amadeu Monteiro



PARECERES

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD ELETROBRAS

PLANO CD ELETROBRÁS

OBJETIVO:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2015.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2015, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO:

Os benefícios vitalícios do Plano são avaliados pelo Método de Financiamento Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Benefício proporcional diferido saldato	Capitalização	Agregado
Crédito adicional por invalidez	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal vitalícia de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda programada reversível em renda vitalícia	Capitalização	Capitalização financeira

HIPÓTESES ATUARIAIS

A hipótese de taxa real de juros que era de 5,50% ao ano no encerramento do exercício 2015 foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2015, para a taxa de 5,65% ao ano. Tal premissa foi apurada através de estudo técnico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e política de investimentos da Fundação.

A “Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas” é utilizada para cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder da “Parcela BPDS”.

Os benefícios BPDS e Renda Vitalícia utilizam como Indexador para fins de reajuste o INPC, do IBGE, defasado em um mês.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

PREMISSA:	VALOR:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,65%
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	85% casados e mulher 4 anos mais nova

RENTABILIDADE APURADA NO EXERCÍCIO:

A rentabilidade da cota no ano (5,13%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 5,50% (17,40%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil “CD Puro ELETROS” onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. O Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Saldados é aplicado conforme previsto na política de investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação. A rentabilidade desse Patrimônio foi de 6,37%, também, não superou a meta atuarial (17,40%). Para 2016, projetou-se INPC em 7,50%.

O resultado acumulado no ano de 2015 nos segmentos de Renda Variável e Investimentos Estruturados foram negativos em 12,82% e 11,39%, respectivamente, enquanto os segmentos de Renda Fixa, Imóveis e Empréstimos apresentaram um resultado positivo em 10,45%, 6,25% e 15,81%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil “CD Puro ELETROS”).

PLANO DE CUSTEIO (CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinadores para o próximo exercício foram estimadas em 21,62% (10,81% para os participantes e 10,81% para as Patrocinadoras), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 21,38% (10,69% para os participantes e 10,69% para as Patrocinadoras). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,5% ao ano. Não há sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 4% das contribuições básicas de participante e de patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO:

O resultado negativo apurado no exercício de 2015 (R\$ 28.116.437,44) referente à “Parcela BPDS” ocorreu devido ao não atingimento da meta atuarial no ano, mitigado pela alteração da premissa de taxa real de juros de 5,50% ao ano para 5,65% ao ano.

O resultado positivo no exercício relativo à “Parcela Renda Vitalícia” (R\$ 94.671,65) ocorreu, fundamentalmente, devido à alteração da premissa de taxa real de juros 5,50% ao ano para 5,65% ao ano.

Ressaltamos que, com exceção das Parcelas “BPDS e Renda Vitalícia”, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

OUTROS FATOS RELEVANTES:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte. O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos crédito adicional por invalidez e crédito adicional por morte;
- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;
- Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros, multas, diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros;
- Nessa conta são lançados, ainda, créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não for objeto de Resgate.

O Fundo de Transição que, em 31/12/2014, montava a quantia de R\$ 88.678,94, constituído pelo somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos, bem como daqueles participantes e assistidos que faleceram e ainda não geraram pensão, foi revertido em 31/12/2015 para a conta Provisões Matemáticas. Com isso, a partir do encerramento de 2015, o somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos será alocado na conta Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, enquanto o somatório dos Saldos daqueles faleceram e ainda não geraram pensão será alocado na conta Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

CONCLUSÃO:

O resultado deficitário apurado na “Parcela BPDS” no encerramento do exercício de 2015 montava a quantia de R\$ 28.116.437,44. Em linha com a Resolução CNPC nº 22/2015, de 25 de novembro de 2015, apurou-se o Limite de Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 21.691.443,19 (I). Uma vez que o resultado deficitário supera o Limite de

Déficit Técnico Acumulado, deverá ser elaborado e aprovado até o encerramento de 2016 o Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 da “Parcela BPDS” para a dívida de R\$ 6.424.994,25.

Em janeiro de 2015 foi concedido o primeiro benefício mensal vitalício (não BPDS), com isso, no encerramento do exercício de 2015, apurou-se o resultado superavitário de R\$ 94.671,65 (II) relativo à “Parcela Renda Vitalícia”.

Consideramos que a “Parcela CV” encontra-se equilibrada, dependendo apenas do pagamento das contribuições para os benefícios não programáveis previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

A Insuficiência de Cobertura Total do Plano, não equacionada, avaliada em 31 de dezembro de 2015 em R\$ 21.596.771,54 (I-II), deveu-se à conjuntura econômica brasileira dos últimos anos. Com a recuperação do mercado, espera-se que o Plano recupere seu equilíbrio nos próximos exercícios sem a necessidade de contribuições extraordinárias para o montante em questão. Caso isso não ocorra, caberá a esta Entidade realizar novo equacionamento de déficit.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial

PARECERES

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD ONS

PLANO CD ONS

OBJETIVO:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2015.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2015, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

HIPÓTESES ATUARIAIS:

PREMISSA:	VALOR:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,65%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A hipótese de taxa real de juros que era de 5,50% ao ano no encerramento do exercício 2015 foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2015, para a taxa de 5,65% ao ano. Tal premissa foi apurada através de estudo técnico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

RENTABILIDADE APURADA NO EXERCÍCIO:

A rentabilidade da cota no ano (5,97%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 5,50% (17,40%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil “ONS ELETROS”, onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. Para 2016, projetou-se INPC em 7,50%.

O resultado acumulado no ano de 2015 no segmento de Renda Variável foi negativo em 12,82%, enquanto os segmentos de Renda Fixa e Empréstimos apresentaram um resultado positivo em 10,45% e 15,42%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil “ONS ELETROS”).

PLANO DE CUSTEIO (CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 8,04%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 8,16%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais da Patrocinadora foram estimadas em 8,78% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,90% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa equivale a 3,00% das contribuições normais de participante e Patrocinador, sendo tal valor de responsabilidade exclusiva do Patrocinador. Adicionalmente,

incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,5% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que os percentuais incidentes sobre o salário para fins de contribuição a partir da vigência deste plano de custeio (maio de 2016) serão de 1,32% de responsabilidade da Patrocinadora (0,50% referente a auxílio-doença e 0,82% referente aos pecúlios) e 0,58% de responsabilidade do participante (percentuais iguais àqueles vigentes até março de 2016), em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2015 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

OUTROS FATOS RELEVANTES:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte. O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de auxílio-doença, pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros, multas, diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros;
- Nessa conta são lançados, ainda, créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não for objeto de Resgate.

O Fundo de Transição que, em 31/12/2014, montava a quantia de R\$ 283.371,38, constituído pelo somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos, bem como daqueles participantes e assistidos que faleceram e ainda não geraram pensão, foi revertido em 31/12/2015 para a conta Provisões Matemáticas. Com isso, a partir do encerramento de 2015, o somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos será alocado na conta Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, enquanto o somatório dos Saldos daqueles faleceram e ainda não geraram pensão será alocado na conta Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

CONCLUSÃO:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial



PARECERES

PARECER ATUARIAL DO PLANO CV EPE

PLANO CV EPE

OBJETIVO:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2015.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2015, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO:

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira

HIPÓTESES ATUARIAIS

A hipótese de taxa real de juros que era de 5,50% ao ano no encerramento do exercício 2015 foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2015, para a taxa de 5,65% ao ano. Tal premissa foi apurada através de estudo técnico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

PREMISSA:	VALOR:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,65%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

RENTABILIDADE APURADA NO EXERCÍCIO:

A rentabilidade da cota no ano (6,86%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 5,50% (17,40%). Para 2016, projetou-se INPC em 7,50%.

O resultado acumulado no ano de 2015 no segmento de Renda Variável foi negativo em 12,82%, enquanto os segmentos de Renda Fixa e Empréstimos apresentaram um resultado positivo em 10,45% e 3,51%, respectivamente (valores nominais). Ressaltamos que a carteira de empréstimo do Plano EPE iniciou-se em setembro de 2015 afetando a rentabilidade no ano.

PLANO DE CUSTEIO (CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 13,14% (6,57% para os participantes e 6,57% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 13,52% (6,76% para os participantes e 6,76% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 4,00%. Adicionalmente, poderá incidir taxa de administração sobre o Patrimônio do Plano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual vigente até abril de 2016 de 10,50% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi alterado para 10,00%, a partir de maio de 2016, em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Há previsão de que no ano de 2016 será permitida aos participantes e assistidos a escolha de perfis de investimentos. Para aqueles que optarem por migrar do perfil “EPE ELETROS” para qualquer um dos demais perfis que forem criados, a sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais será equivalente a 3,00% e, adicionalmente, incidirá sobre o Patrimônio do Plano a taxa de 0,5% ao ano.

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2015 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

OUTROS FATOS RELEVANTES:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Riscos é constituído por:

■ Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de auxílio-doença, pecúlio por morte, pecúlio por invalidez, crédito adicional por invalidez, crédito adicional por morte e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;

- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;
- Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros, multas, diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros;
- Nessa conta são lançados, ainda, créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não for objeto de Resgate.

O Fundo de Transição que, em 31/12/2014, montava a quantia de R\$ 108.050,67, constituído pelo somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos, bem como daqueles participantes e assistidos que faleceram e ainda não geraram pensão, foi revertido em 31/12/2015 para a conta Provisões Matemáticas. Com isso, a partir do encerramento de 2015, o somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos será alocado na conta Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, enquanto o somatório dos Saldos daqueles faleceram e ainda não geraram pensão será alocado na conta Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

CONCLUSÃO:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial

PARECERES

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD CERON

PLANO CD CERON

OBJETIVO:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2015.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2015, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS ATUARIAIS

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda mensal diferida decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Renda mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

HIPÓTESES ATUARIAIS:

PREMISSA:	VALOR:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	4,80%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A hipótese de taxa real de juros que era de 4,50% ao ano no encerramento do exercício 2015 foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2015, para a taxa de 4,80% ao ano. Tal premissa foi apurada através de estudo técnico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

RENTABILIDADE APURADA NO EXERCÍCIO:

A rentabilidade da cota no ano (6,70%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 4,50% (16,29%). Para 2016, projetou-se INPC em 7,50%.

O resultado acumulado no ano de 2015 no segmento de Renda Variável foi negativo em 12,82%, enquanto o segmento de Renda Fixa apresentou um resultado positivo em 10,55% (valores nominais).

PLANO DE CUSTEIO (CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 15,22% (7,61% para os participantes e 7,61% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 15,18% (7,59% para os participantes e 7,59% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,8% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual vigente até abril de 2016 de 11,50% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi alterado para 11,00%, a partir de maio de 2016, em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

O Regulamento deste Plano prevê, em seu Art. 47, a determinação em Plano de Custeio, pelo atuário responsável pelo Plano de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Estabelecemos o valor de R\$ 246,52 como limite mínimo durante a vigência deste plano de custeio.

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO:

Em função de sua modalidade, não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano. OUTROS FATOS RELEVANTES: Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte. O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros, multas, diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros;
- Nessa conta são lançados, ainda, créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não for objeto de Resgate.

O Fundo de Transição que, em 31/12/2014, montava a quantia de R\$ 218.512,38, constituído pelo somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos, bem como daqueles participantes e assistidos que faleceram e ainda não geraram pensão, foi revertido em 31/12/2015 para a conta Provisões Matemáticas. Com isso, a partir do encerramento de 2015, o somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos será alocado na conta Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, enquanto o somatório dos Saldos daqueles faleceram e ainda não geraram pensão será alocado na conta Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

CONCLUSÃO:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial



DESPESAS

CUSTOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE INVESTIMENTO

1 • Despesas Diretas de Investimentos

Despesas Diretas de Investimentos - R\$	Total	Fundos Renda Fixa	Fundos Renda Variável	Carteira Própria	Estruturados
CONTROLADORIA	31	21	5	5	-
GESTÃO	1439	123	1.291	24	-
CUSTÓDIA	314	83	21	208	3
PERFORMANCE	670	-	670	-	-
ADMINISTRADOR	46	16	7	23	1
DOC	1	0	1	0	0
IOF	2	2	-	-	-
CVM	159	105	53	-	1
CETIP	232	95	50	86	1
CBLC	15	0	5	9	0
SELIC	62	18	4	39	0

ANDIMA	9	5	4	-	-
ANBIMA	9	4	4	-	1
Taxa de Bolsa	627	-	407	220	0
CARTÓRIO	1	0	0	-	1
CONSULTORIA	5	-	-	-	5
AUDITORIA	20	5	13	-	2
OUTROS	6	0	1	0	5
TOTAL	3.649	479	2.535	614	21



ELETROS-SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O ano de 2015 foi marcado por um desempenho bastante positivo do Eletros-Saúde. Durante o período, o Plano de Assistidos se destacou obtendo a menor sinistralidade apurada nos últimos cinco anos (71%), o que permitiu que o Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores (R\$ 3.450.377,99), em janeiro de 2015, fosse extinto, e o resultado financeiro do Plano apresentou, no fechamento do período, um superávit de R\$ 3.633.650,21. Este fato possibilitou que todas as garantias financeiras exigidas pela Agência Nacional de Saúde (ANS) fossem recompostas, reforçando o papel do Eletros-Saúde como um plano de saúde seguro para seus usuários.

Ao longo do ano, foram realizadas diversas ações, em especial a implantação do Programa “Segunda Opinião”, que consiste na avaliação do diagnóstico de pacientes por médicos com qualificação técnica altamente especializada, para emitir um parecer, posteriormente analisado e validado pela equipe de auditoria médica interna do Eletros-Saúde. Esta iniciativa assegura que os nossos usuários estejam recebendo tratamentos adequados para a realização de procedimentos oncológicos, cirurgias de coluna, ortopedia, cirurgias plásticas, otorrinolaringologia, oftalmologia e demais procedimentos de alto custo.

Outros projetos também ganharam destaque no decorrer do ano. Estudos para definição e implantação do novo modelo de reciprocidade com a Gama Saúde e também o novo Programa de Benefício a Medicamentos da ePharma foram planejados e iniciados em 2015, visando a excelência do relacionamento e satisfação dos usuários. Ambos os programas foram lançados no início de 2016, e exigiram muita dedicação da equipe em 2015 para que fosse alcançado o melhor resultado possível.

Além disso, 2015 foi o ano em que se consolidou a segregação interna com equipes dedicadas exclusivamente ao plano de saúde. A Central de Relacionamento do Eletros-Saúde estreitou sua relação com os usuários e tem atuado de forma proativa antecipando-se na identificação e solução dos problemas e dificuldades encontradas. Outra mudança expressiva foi a intensificação da comunicação com nossos usuários através da realização de campanhas e eventos presenciais nas patrocinadoras e associações, além de reuniões periódicas com representantes das patrocinadoras para alinhamentos gerenciais.

Em 2015, estivemos diante de um cenário econômico ainda mais complexo, no qual o ônus enfrentado pelo setor de saúde suplementar tem se agravado em razão de novas tecnologias na área médica e cirúrgica e dos materiais e medicamentos de ponta com custos extremamente elevados, muito superiores à inflação oficial (IPCA).

Somado a isso, o envelhecimento da população no Brasil é efetivo levando ao aumento da ocorrência de doenças crônicas. Para agravar, as deficiências do Sistema Único de Saúde acabam sendo supridas pela saúde suplementar, com um crescente aumento de coberturas obrigatórias exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O cenário do Eletros-Saúde e das demais operadoras de autogestão exige cada vez mais atenção, pois não apresenta crescimento no número de usuários nos últimos anos e ainda conta com uma distribuição etária desfavorável, principalmente o Plano Eletros-Saúde Assistidos, que atualmente é formado majoritariamente por usuários com mais de 60 anos (85%), quantidade muito superior à média das operadoras nacionais (11%).

A implementação do Plano Eletros-Saúde Família é um exemplo de que estamos trabalhando para obter crescimento, mesmo diante de todos os desafios expostos. Para atender a uma antiga demanda dos usuários, o Eletros-Saúde registrou

esse novo plano na ANS - que substituiu o Plano de Vinculados, oferecendo diversas vantagens para os familiares dos nossos usuários de até 4º de descendência e 2º de colateralidade.

Uma das mudanças mais significativas do Eletros-Saúde Família refere-se à alteração da forma de cobrança, que possibilita mais independência e autonomia ao titular do plano que, desta forma, pode incentivar a divulgação e indicação do Eletros-Saúde para seus familiares. Notamos que muitos usuários deixavam de oferecer o plano aos seus familiares porque eram descontados diretamente em seus contracheques; agora, no entanto, o familiar indicado quitará diretamente sua mensalidade por meio de boleto bancário ou débito automático, opção exclusiva para clientes Santander.

Mantendo o compromisso de agir com transparência, nosso objetivo é garantir aos usuários a manutenção de um plano que presta serviços da mais alta qualidade, que pensa no seu futuro e possibilita a você ampla cobertura e preço justo em relação aos valores praticados pelo mercado.







Diante de todos estes desafios, o Eletros-Saúde vem obtendo êxito na gestão do plano e nas avaliações realizadas pela ANS, permanecendo entre as melhores operadoras do País.


Seguiremos buscando, em 2016, soluções gerenciais e técnicas para aprimoramento do plano, com a certeza de que nossos usuários desfrutem de atendimento assistencial de excelente qualidade.




Rogério Braz
Superintendente do Eletros-Saúde


ELETROS-SAÚDE EM NÚMEROS




♦ Número de usuários em 2015

 Eletrobras	3233	42,02%
 Cepel	1476	19,18%
 Fundação	282	3,67%
 Assistidos	1861	24,19%
 Família/Vinculados	842	10,94%
 TOTAL DE VIDAS	7694	100%

 Eletrobras

Faixa Etária	 Fem.	 Masc.	 Total
0 - 18	269	297	566
19 - 23	97	81	178
24 - 28	25	33	58
29 - 33	99	79	178
34 - 38	177	178	355
39 - 43	126	116	242
44 - 48	123	97	220
49 - 53	164	123	287
54 - 58	184	180	364
59+	398	387	785
TOTAL	1.662	1.571	3.233

 Cepel

Faixa Etária	 Fem.	 Masc.	 Total
0 - 18	121	123	244
19 - 23	47	58	105
24 - 28	38	46	84
29 - 33	26	26	52
34 - 38	33	34	67
39 - 43	52	32	84
44 - 48	53	42	95
49 - 53	94	77	171
54 - 58	89	94	183
59+	194	197	391
TOTAL	747	729	1.476



Fundação

Faixa Etária	Fem.	Masc.	Total
0 - 18	31	35	66
19 - 23	9	10	19
24 - 28	7	10	17
29 - 33	11	8	19
34 - 38	18	15	33
39 - 43	18	13	31
44 - 48	11	11	22
49 - 53	22	16	38
54 - 58	12	13	25
59+	3	9	12
TOTAL	142	140	282



Família/Vinculados

Faixa Etária	Fem.	Masc.	Total
0 - 18	58	65	123
19 - 23	15	5	20
24 - 28	82	71	153
29 - 33	69	70	139
34 - 38	94	80	174
39 - 43	64	56	120
44 - 48	32	33	65
49 - 53	21	11	32
54 - 58	2	0	2
59+	11	3	14
TOTAL	448	394	842



Número de Usuários Assistidos

Faixa Etária	Fem.	Masc.	Total
0 - 18	16	26	42
19 - 23	18	25	43
24 - 28	6	14	20
29 - 33	2	3	5
34 - 38	4	2	6
39 - 43	4	2	6
44 - 48	10	4	14
49 - 53	25	3	28
54 - 58	63	21	84
59+	877	736	1.613
TOTAL	1.025	836	1.861

NÚMERO DE REDE CREDENCIADA

	Odontologia	151
	Consultórios	271
	Clínicas	194
	Laboratórios e Serviços Diagnósticos	47
	Hospitais e Clínicas com Internação	77
Total de Credenciados		740

INDICADORES DE UTILIZAÇÃO

- ▶ Consulta por beneficiário



MÉDIA DE **5,54 CONSULTAS**
POR USUÁRIO EM 2015

- ▶ Exames por beneficiário



MÉDIA DE **26,61 EXAMES**
POR USUÁRIO EM 2015*

**Exames como hemogramas, por exemplo, consideram cada item a ser medido como um exame.*

- ▶ Internação



Assistidos: 15,69% de usuários deste grupo se internaram ao longo de 2015 e foram responsáveis por **49,03% do custo assistencial** do plano no período.



Vinculados/Família: 6,77% de usuários deste grupo se internaram ao longo de 2015 e foram responsáveis por **48,19% do custo assistencial** do plano no período.



Fundação: 7,44% de usuários deste grupo se internaram ao longo de 2015 e foram responsáveis por **25,89% do custo assistencial** do plano no período.




► Demais Despesas Assistenciais:

	Assistidos	R\$ 18.912.606,60
	Vinculados/Família	R\$ 2.606.073,40
	Fundação	R\$ 1.150.202,04
	Plano	Taxa de Utilização*
	Assistidos	95,54%
	Vinculados/Família	84,89%
	Fundação	93,52%
TOTAL		92,57%

*Percentual de usuários que utilizaram o plano de saúde no ano de 2015.

** Os Planos Eletrobras e Cepel, por serem contratados na modalidade Pós-Pagamento, têm seus dados divulgados para as respectivas empresas.

► Sinistralidade apurada

	Assistidos	71%
	Vinculados	46%
	Fundação	66%

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO PLANO ELETROS-SAÚDE

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social -ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE auditados, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e os Pareceres da KPMG Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, naquela data.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2016.

Eleilson Santos Costa

Presidente do Conselho Fiscal da ELETROS

José Carlos Nunes Bianco

Marcio Kennedy de Almeida

Paula Prado Rodrigues Couto



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Confira abaixo as Demonstrações Contábeis 2015 da ELETROS:

As Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios da ELETROS apresentam a posição patrimonial e financeira da Fundação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º 20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400 55
Fax (21) 3515-9000
Email: www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores da

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para

planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

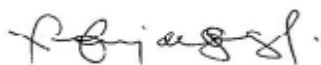
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas datado de 2 de março de 2015.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel

Contador CRC RJ 0873309/O-4

KPMG Auditores Independentes, uma
sociedade simples brasileira e firma-membro
da rede KPMG de firmas-membro
independentes e afiliadas à KPMG

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian
entity and a member firm of the KPMG
network of independent member firms
affiliated with KPMG International

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercício findo em		Passivo	Nota	Exercício findo em	
		31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014
Disponível		818	769	Exigível operacional		16.632	15.678
Realizável		3.683.206	3.491.286	Gestão Previdencial	8	8.407	8.068
Gestão Previdencial	4	94.560	48.346	Gestão Administrativa	9	8.189	7.577
Gestão Administrativa	5	21.212	18.960	Investimentos		36	33
Investimentos	6	3.567.434	3.423.980	Exigível contingencial	10	23.167	15.010
Títulos Públicos	6.1	1.479.372	1.218.973	Gestão Previdencial		6.429	468
Créditos Privados e Depósitos	6.1	462.869	424.865	Gestão Administrativa		13.462	11.421
Ações	6.2	287.984	316.953	Investimentos		3.276	3.121
Fundos de Investimento	6.3	959.490	1.085.986	Patrimônio social	12	3.645.445	3.462.527
Investimentos Imobiliários	6.4	221.754	234.923	Patrimônio de Cobertura do Plano		3.527.104	3.358.951
Empréstimos		152.689	139.167	Provisões Matemáticas		3.891.209	3.558.330
Depósitos Judiciais/Recursais		3.276	3.113	Benefícios Concedidos		3.050.577	2.850.028
Permanente		1.220	1.160	Benefícios a Conceder		1.210.607	1.071.309
Imobilizado		442	585	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(369.975)	(363.007)
Intangível		758	535	Equilíbrio Técnico		(364.105)	(199.379)
Diferido		20	40	Resultados Realizados		(364.105)	(199.379)
				(-) Deficit Técnico Acumulado		(364.105)	(199.379)
				Fundos	13	118.341	103.576
				Fundos Previdenciais		28.555	24.834
				Fundos Administrativos		81.599	71.168
				Fundos de Investimentos		8.187	7.574
Gestão Assistencial	7	22.240	12.344	Gestão Assistencial		22.240	12.344
Total do Ativo		3.707.484	3.505.559	Total do Passivo		3.707.484	3.505.559

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.



ADMINISTRAÇÃO

Nesta parte do relatório, apresentamos os Quadros com a composição dos Órgãos estatutários da ELETROS, compostos pela Diretoria Executiva (DEE), Conselho Deliberativo (CDE) e Conselho Fiscal (CFE), responsáveis pela administração e fiscalização da entidade.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL EM 31.12.2015

Diretoria Executiva - DEE		
MEMBROS	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho	Presidente	23.09.2013 / 22.09.2016
Marcio Peres Silvado	Diretor de Benefícios Previdenciários	23.09.2013 / 22.09.2016
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto	Diretor Financeiro	06.01.2014 / 05.01.2017

Conselho Deliberativo - CDE				
MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO DO EFETIVO	PERÍODO DE GESTÃO DO SUPLENTE	ELEITOS ASSISTIDOS ELEITOS ATIVOS/ASSISTIDOS
Rodrigo Madeira Henrique de Araujo - Presidente(*)	João Vicente Amato Torres(*)	23.09.2013 / 22.01.2016	01.03.2014 / 22.01.2016	Indicação Eletrobras
Jack Nottingham Steiner	Paulo Sergio Petis Fernandes	01.07.2015 / 30.06.2019	01.07.2015 / 30.06.2019	Eleito Assistidos
Sergio Bondarovsky	Paulo Renato Portugal Gomes	19.11.2012 / 18.11.2016	19.11.2012 / 18.11.2016	Eleito Ativo/Assistidos
Rosane Barboza da Silva	Paulo Tadeu Paes Alves	05.09.2014 / 18.11.2016	06.03.2015 / 18.11.2016	Indicação CEPTEL
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva	Alessandra Lemos de Souza	01.07.2015 / 30.06.2019	01.07.2015 / 30.06.2019	Eleitos Ativos
Alice Valderez de Andrade Salomão	José dos Santos Maia	11.04.2014 / 18.11.2016	08.11.2013 / 18.11.2016	Indicação ONS

(*) EVENTO SUBSEQUENTE:

Conforme art. 26, § 11 do Estatuto, embora findos os mandatos no dia 30.06.2015, os referidos Conselheiros permaneceram no pleno exercício do cargo até a posse de seus substitutos. No dia 22.01.2016 foram indicados e nomeados para o Conselho Deliberativo os Conselheiros Roberta Carvalho Muniz Zylberberg, como efetiva e escolhida para ser Presidente do Conselho Deliberativo e seu suplente, André Luiz Amaral dos Santos, para completarem os mandatos no período compreendido entre 22.01.2016 a 30.06.2019.

Conselho Fiscal - CFE			
MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Eleilson Santos Costa - Presidente desde 28.08.2015(*)	-	19.11.2012 / 18.11.2016	Eleito Assistidos
Paula Prado Rodrigues Couto	Pedro Paulo da Cunha	01.07.2015 / 30.06.2019	Indicação Eletrobras
José Carlos Nunes Bianco	Carlos Eduardo Brasil Pereira	01.07.2015 / 30.06.2019	Eleitos Ativos
Marcio Kennedy de Almeida	Fernanda Baptista de Oliveira	19.11.2012 / 18.11.2016	Indicação ONS

(*) Considerando a renúncia de Paulo Roberto dos Santos Silveira em 28.08.2015.

De acordo com o princípio da paridade preconizada pela legislação e disposição estatutária, os Conselheiros Fiscais eleitos escolhem, dentre eles, o Presidente do Conselho Fiscal.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2014, de acordo com a esfera de competência de cada órgão estatutário.

Conselho Deliberativo

Composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução ou reeleição. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da ELETROS dispõem sobre as competências do CDE.

Principais realizações/aprovações:

- Aprovação das demonstrações contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício de 2015 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios do exercício de 2015/ Planos de Custeio com vigência a partir de maio/2016, amparados nos respectivos pareceres atuariais;
- Acompanhamento do assunto Dívidas das Patrocinadoras e Equacionamento do Déficit do Plano BD;
- Aprovação das premissas atuariais (biométricas e demográficas) dos Planos de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, CD-Eletrobrás, CD-ONS, CD-CERON e CV-EPE, de acordo com os estudos atuariais (Testes de Aderência), a vigorar a partir de 31.12.2014;
- Acompanhamento do projeto de segregação do Plano Eletros-Saúde do CNPJ da ELETROS;
- Aprovação de compra de títulos prefixados (LTN) para os Planos de Contribuição Definida e Contribuição Variável, fundamentado em estudos técnicos, dentro do limite de até 20% (vinte por cento) da renda fixa dos Planos CD-Eletrobrás, CD-ONS, CD-CERON e EPE, em Letras do Tesouro Nacional (LTN) com vencimento não superior a dezembro de 2016, na forma prevista no estudo.

- Alteração da norma eleitoral decorrente de orientação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Resolução do Banco Central nº 4.275, de 31/10/2013 e Instrução do Ministério da Previdência Social e Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, quanto à certificação;
- Aprovação da Política de Riscos de Investimentos, que contém diretrizes para gestão de risco de investimentos, tendo como referência o comando do art. 9º da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009;
- Aprovação para a solução integrada de sistemas;
- Aprovação para contratação de empresa de Auditoria Independente para auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios de 2015 e 2016;
- Aprovação de alteração na estrutura organizacional (Organograma) com foco na Diretoria de Benefícios Previdenciários, buscando maior sinergia, aumentar o nível de controle em toda a cadeia dos processos previdenciários, reduzir o tempo de respostas aos participantes e assistidos, entre outros aspectos;
- Aprovação da revisão do Planejamento Estratégico da ELETROS e do Plano Eletros-Saúde;
- Aprovação do leilão do Ed. Mário Bhering e Loja do Edifício Belacap, situada à Avenida Presidente Vargas, 642, Loja A, de esquina com a Rua Uruguaiana - pelo preço mínimo estabelecido conforme valor contábil, fundamentado nos estudos técnicos.
- Aprovação da Política de Comunicação;
- Aprovação da revisão do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA;
- Aprovação das alterações no Plano Eletros-Saúde Vinculados com a alteração do nome do Plano Eletros-Saúde Vinculados para Eletros-Saúde Família, bem como a alteração da forma de cobrança do plano e adaptação do Regulamento a essa deliberação;
- Aprovação da revisão Política de Gestão de Pessoal, conforme delineado no Planejamento Estratégico;
- Aprovação da troca de R\$ 127 milhões em NTN-C 2017 por NTN-B 2055 em substituição à NTN-B 2050 para o Plano BD, fundamentada em estudos técnicos, face às condições de mercado;
- Aprovação da efetivação da alienação da loja do Edifício Belacap, situada à Avenida Presidente Vargas, nº 642 – Loja A, considerando o resultado do leilão, realizado em 16.09.2015;
- Aprovação das alterações no Regulamento do Plano CD – ONS e o encaminhamento à aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;
- Aprovação das alterações no Regulamento do Plano CD – Eletrobrás;
- Nomeação de alguns membros do CDE;
- Ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- Aprovação do orçamento da ELETROS para 2016, incluindo a aprovação dos indicadores de desempenho de gestão;
- Acompanhamento mensal dos indicadores de desempenho de gestão;
- Aprovação do orçamento do Plano Eletros-Saúde para 2016;
- Aprovação da taxa (limite) para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;
- Aprovação da política de investimento para 2016 de cada plano de benefícios previdenciários e do plano de gestão administrativa;
- Aprovação das premissas biométricas e demográficas do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, consubstanciado pelo relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2015;

- Aprovação das premissas biométricas e demográficas dos Planos CDs e CV administrados pela ELETROS, consubstanciado pela nota técnica elaborada pela área responsável, a vigorar a partir de 31.12.2015;
- Aprovação da premissa de taxa real de juros do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, conforme os Testes de Aderência, consubstanciado no relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2015;
- Aprovação da premissa de taxa real de juros dos planos de contribuição definida e variável administrados pela ELETROS, consubstanciado no relatório elaborado pela área responsável pela avaliação atuarial dos Planos CD e CV, a vigorar a partir de 31.12.2015;
- Aprovação das taxas de juros dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2016;
- Autorização para a compra de vinte mil títulos NTN – B 2035, a ser alocada na carteira de Renda Fixa do Plano BPDS (Benefício Proporcional Diferido Saldado) do Plano CD-Eletrobrás, com base nos estudos técnicos atuariais e financeiros, conforme indicado pelo Comitê Gestor de Carteiras – CGC e Comitê Executivo de Investimentos – CEI, com marcação pela curva.
- Aprovação da Política de Gestão Documental, da Política de Alçadas e revogação da Política Geral;
- Aprovação da Política de Compras e Contratação e revogação da Política de Gestão Administrativa;
- Aprovação da Política Previdenciária;
- Aprovação da Política de Gestão de Bens Patrimoniais;
- Aprovação da Política de Tecnologia da Informação.

Conselho Fiscal

Composto por 4 (quatro) membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE, reproduzido a seguir:

As conclusões, recomendações, análises e manifestações do Conselho Fiscal devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Destacamos as seguintes ações do CFE podem ser destacadas no exercício de 2015:

- Apreciou os balancetes mensais;
- Apreciou o acompanhamento orçamentário mensal e as justificativas trimestrais;
- Acompanhou os resultados trimestrais dos Planos;
- Emitiu parecer sobre as Demonstrações Contábeis auditadas e Atuariais do exercício de 2014, Planos de Custeio de 2015, tomando por base os pareceres atuariais;
- Emitiu os Relatórios de Manifestação semestrais do Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- Acompanhou os trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;
- Emitiu Parecer sobre as Hipóteses Biométricas e de Taxas de Juros dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS em virtude dos Testes de Aderência;
- Monitorou o assunto equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
- Acompanhou a posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- Acompanhou o reporte das ações para Implantação da Solução Integrada de Sistemas – Projeto SOMAR;

- Acompanhou o reporte do assunto referente ao processo de venda do Ed. Mário Bhering;
- Acompanhou o reporte do assunto referente ao projeto de segregação do CNPJ do Plano Eletros-Saúde;
- Acompanhou o reporte sobre as providências adotadas pela DEE para a melhoria do resultado do Plano de Gestão Administrativa.

Diretoria Executiva da ELETROS - DEE

Composta por 3 (três) membros, que possuem mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução ou reeleição. Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações, e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2015 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas no art. 37 do Estatuto.

Dentre as realizações de 2015, destacamos:

- A continuidade das negociações referente ao equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
- Aperfeiçoamento dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- Atualização do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;
- Condução do processo de negociação para venda do Ed. Mário Bhering, face à desocupação do imóvel;
- Atuação nos trabalhos do Comitê Executivo de Riscos de apoio ao Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria - CGRA;
- Apoio ao CDE no andamento das Propostas das Políticas Institucionais da ELETROS;
- Aperfeiçoamento do processo administrativo para a contratação de serviços;
- Implementação e estímulo às ações de redução de despesas administrativas;
- Acompanhamento e supervisão dos trabalhos do Projeto SOMAR, até a implantação da solução integrada de sistemas;
- Supervisão da implantação da melhoria do ambiente computacional da ELETROS;
- Supervisão e participação nas ações do projeto de segregação do Plano Eletros-Saúde do CNPJ da ELETROS;
- Supervisão da implantação do novo modelo de reciprocidade do Plano Eletros-Saúde;
- Acompanhamento da continuidade na implementação de aperfeiçoamentos no atendimento aos participantes e assistidos, dentre eles, melhoria do atendimento telefônico; segregação entre o atendimento do plano de saúde e o atendimento previdenciário;
- Aprovação do aperfeiçoamento das normas, procedimentos e controles da ELETROS;
- supervisão do atendimento aos Ofícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como o acompanhamento das recomendações;
- supervisão do atendimento às Auditorias de Patrocinadoras;
- Supervisão de estudo para análise de alternativas para sustentabilidade do Plano BD;
- Aprovação da formalização dos procedimentos operacionais do processo de controladoria de benefícios;
- Aprovação de controles e indicadores para monitoramento dos riscos operacionais dos processos previdenciários;
- Aprovação das ações para implantar programa de benefícios de medicamentos – PBM;
- Aprovação das ações para aprimorar o atendimento aos usuários em 2015;
- Aprovação de normas e atualização de normas decorrentes das Políticas Institucionais aprovadas pelo CDE;

- Aprovação da renovação da parceria com o Banco Santander para centralização da folha de pagamento da ELETROS.

Levantamento realizado por Malba Patricia H. da Cunha Teixeira – Assessoria aos Órgãos Estatutários. Em 19/05/2016.

CONTATOS



CONTATOS

CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE DA ELETROS (PREVIDÊNCIA)

Telefone: (21) 2138-6000 - opção 2

E-mail: atendimento@eletros.com.br

Horário de atendimento presencial: de segunda a sexta, de 9h às 16h30

Horário de atendimento telefônico: de segunda a sexta, de 8h às 17h

Rua Uruguaiana, 174 - 6º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20050-092

CENTRAL DE RELACIONAMENTO DO ELETROS-SAÚDE

Telefone: (21) 2138-6000 - opção 1

E-mail: atendimento@eletrossaude.com.br

Horário de atendimento presencial: de segunda a sexta, de 9h às 16h30

Horário de atendimento telefônico: de segunda a sexta, de 8h às 17h

Rua Uruguaiana, 174 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20050-092

FABES

Rua Uruguaiana, 174, 5º andar - PARTE - Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20050-092

Telefone: (21) 2179-4949

PLANTÃO ASSISTÊNCIAL DA FABES

Celulares: (21) 99464-7255 / (21) 99931-3668 - linha adicional

Horário de atendimento: de segunda a sexta, das 17h às 8h e das 12h às 13h30

Sábados, domingos e feriados 24h

EXPEDIENTE

O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS exclusiva para seus participantes e assistidos.

Editoria: Coordenação de Comunicação e Marketing

Projeto gráfico e editorial: Infobase Interativa - www.iinterativa.com.br

www.eletros.com.br